

**PROVA ESCRITA GERAL**

22 NOVEMBRO 1992

**DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO**

**- QUESTÕES -**

**TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE**

Responda motivadamente as seguintes questões:

**1ª QUESTÃO - 30 PONTOS:**

O Prefeito de Teresópolis baixa decreto declarando de utilidade pública imóvel de propriedade de uma seita religiosa que o principal clube da cidade utiliza, mediante contrato de locação, como campo esportivo para a realização de jogos de obrigatória execução do calendário oficial adotado pela Federação de Futebol do Estado. A medida decorreu de moção aprovada pela Câmara de Vereadores, diante de memorial assinado por grande número de municípios, propondo auxílio do Município de modo a impedir a desclassificação do clube, em prejuízo do interesse da comunidade. A seu juízo, procede ação anulatória proposta pelo proprietário do imóvel, alegando a nulidade do ato declaratório em causa?

**2ª QUESTÃO - 30 PONTOS:**

O imóvel onde está localizado o Hospital Estadual Getúlio Vargas, de propriedade do Estado do Rio de Janeiro, por força de uma explosão em suas caldeiras, acaba por ficar totalmente destruído. Diante da inviabilidade de sua reconstrução, o Governador do Estado decide promover sua venda. É possível que se proceda regularmente a alienação de bem público desta espécie?

**3ª QUESTÃO - 40 PONTOS:**

1) PEDRO e MARIA, contratados sem concurso público pelo Estado em dezembro de 1982, no emprego de faxineiro, pretendem retificar as anotações de suas carteiras de trabalho, alegando estar em desvio de função. PEDRO vem exercendo as funções de motorista desde março de 1988, enquanto MARIA exerce as funções de datilógrafa desde fevereiro de 1990. Comprovada administrativamente a veracidade dos alegados desvios, você, como Procurador do Estado, é chamado a opinar acerca da procedência dos pedidos de PEDRO e MARIA, sendo-lhe formuladas as seguintes questões:

- a) Deve o Estado reconhecer os desvios de função, retificando as anotações das carteiras de trabalho de ambos?
- b) Caso os desvios possam ser reconhecidos pela Administração Pública, quais os direitos patrimoniais que exsurgiriam para os servidores, sabendo-se que os salários percebidos por ambos durante todo o pacto laboral eram inferiores aos salários referentes ao empregos de motorista e datilógrafo?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL DO TRABALHO

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

**1ª QUESTÃO - 30 PONTOS:**

Se for pedida declaração incidente (art. 325, CPC) ao juiz que seria incompetente, em razão da matéria, para decidi-la em ação autônoma, o que ocorrerá? Tal pedido poderá ser apreciado *principaliter*? E/ou *incidenter tantum*?

**2ª QUESTÃO - 40 PONTOS:**

No curso de ação ordinária de cobrança de Cr\$ 20.000.000,00, promovida por João em face de Paulo, este vende a terceiro seus dois apartamentos, que compõem a totalidade de seu patrimônio, pelo preço total de Cr\$ 20.000.000,00.

No dia imediato às vendas, João requer ao juiz da Causa que declare a sua nulidade, porque realizadas em fraude à execução e em fraude contra credores.

Distinguindo sucintamente os institutos da fraude à execução e da fraude contra credores, responda se o pedido de João deve ou não ser acolhido.

**3ª QUESTÃO - 30 PONTOS;**

Quais os recursos cabíveis das seguintes decisões proferidas em Processo Trabalhista:

- a) que rejeita a arguição de incompetência de Justiça do Trabalho;
- b) que acolhe a arguição de incompetência da Justiça do Trabalho;
- c) que homologa cálculos em liquidação de sentença;
- d) que julga improcedentes os Embargos à Execução;
- e) que homologa acordo efetuado e reduzido a termo de conciliação, perante a Junta de Conciliação e Julgamento;
- f) que julga Ação Rescisória no Tribunal Regional do Trabalho?

DIREITO CONSTITUCIONAL

- QUESTÕES -

TODAS AS QUESTÕES DEVEM SER JUSTIFICADAS MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

**1ª QUESTÃO - 40 PONTOS:**

Discorra, brevemente, sobre o princípio da legalidade, inclusive na sua dimensão administrativa, penal e tributária.

**2ª QUESTÃO - 30 PONTOS:**

As normas legais de ordem pública também se submetem ao princípio de que a lei não pode prejudicar o direito adquirido.

**3ª QUESTÃO - 30 PONTOS:**

No exercício da competência inserida no art. 79, § 2º, do DL nº 2300/86, o Tribunal de Contas baixou norma estabelecendo que todas as minutas de contratos celebrados com dispensa de licitação deveriam ser submetidas àquela Corte com antecedência de 5 (cinco) dias, sob pena de nulidade do instrumento. Opine sobre a constitucionalidade do ato.